



Procuradoria-Geral Federal recuperou mais de R\$ 50 bilhões em 2013

Os procuradores federais recuperaram ou mantiveram na conta da União o equivalente a R\$ 55,4 bilhões na atuação em processos judiciais no país, segundo levantamento divulgado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Os dados fazem parte do relatório de atividades desenvolvidas pela Procuradoria-Geral Federal, órgão responsável pela consultoria e assessoramento jurídico das 159 autarquias e fundações públicas federais.

As principais fontes de economia são as ações de cobranças indevidas contra a Administração Federal e a celebração de acordos previdenciários em processos movidos por servidores públicos federais. Também foram arrecadados R\$ 5,8 bilhões com a cobrança de débitos em favor de órgãos ambientais, agências reguladoras e outras autarquias e fundações públicas federais.

Entra na conta a recuperação de parte de desvios operados por uma quadrilha que fraudou o INSS na década de 1990. Já foram recuperados R\$ 145 milhões com o leilão de 171 imóveis e a repatriação de valores no exterior, além da alienação de 500 quilos de ouro, segundo o relatório. Os bens foram bloqueados pela Justiça a pedido da AGU para recuperar os valores desviados. Outros 82 imóveis devem ser leiloados após autorização do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O levantamento aponta ainda que houve economia de R\$ 317,9 milhões com a celebração 104.452 acordos judiciais e a desistência de 810 recursos no Tribunal Superior do Trabalho de ações trabalhistas já pacificadas. “Hoje a PGF consegue, todos os anos, fazer cerca de 100 mil acordos, o que é um número extremamente expressivo”, afirma o procurador-geral federal, Marcelo Siqueira.

Plantonistas

A PGF também ficou responsável por monitorar questionamentos feitos à Justiça sobre os grandes leilões do governo federal. “A procuradoria fica de plantão, preparada para verificar o surgimento desse tipo de demanda judicial”, diz Siqueira.

Outra estratégia foi criar o Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas, com objetivo de prestar assessoramento jurídico para realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos no país, marcados para 2016. *Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU.*

Date Created

27/01/2014